DOSSIÊ

O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: A RETOMADA DAS "VELHAS/NOVAS" TESES DO BANCO MUNDIAL

THE BRAZILIAN HIGHER EDUCATION ENTREPRENEURSHIP: THE RECOVERY OF THE "OLD / NEW" THESES OF THE WORLD BANK

Maria Valonia da Silva Xavier[45]
Rogério Paes de Oliveira[46]
Alisson Slider do Nascimento de Paula[47]
Frederico Jorge Ferreira Costa[48]

Submissão: 14/12/2017 Aceite: 28/12/2017

Resumo: O objetivo do presente trabalho consiste em analisar o movimento da expansão mercantilizada da ES brasileira e as diretrizes do BM. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental. Centrou-se na tradição marxista, na qual compreende o objeto como unidade do diverso. Constatou-se que a ES segue na esteira dos interesses dos empresários da educação. As formas de privatização das IES públicas, desvelam, de fato, que este nível de ensino é compreendido como um nicho de mercado essencial para o capital.
Palavras chave: Educação Superior. Privatização. Banco Mundial.

Abstract: The objective of the present work is to analyze the movement of the commodified expansion of the Brazilian HE and the BM guidelines. This is a bibliographical and documentary study. It was centered in the Marxist tradition, in which it understands the object as the unity of the diverse. It was found that the HE follows in the wake of the interests of entrepreneurs of education. The forms of privatization of public HEIs, in fact, reveal that this level of education is understood as an essential market niche for capital.
Keywords: High Education. Privatization. World Bank.

[45] Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UECE). Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Grupo de Pesquisa da Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana (GPOSSHE)valoniaxavier@gmail.com

[46] Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UECE). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Membro do Grupo de Pesquisa da Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana (GPOSSHE) Universidade Estadual do Ceará (UECE). rogerio.paes@hotmail.com.

[47] Doutorando pelo Programa Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). Membro do Grupo de Pesquisa da Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana (GPOSSHE).alisson.slider@yahoo.com.br

[48] Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenador do Grupo de Pesquisa da Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana (GPOSSHE) frederico.costa@uece.br.

Introdução

Na década de 1990, o Banco Mundial (BM) iniciou um movimento de produção de orientações e diretrizes para a Educação Superior (ES) dos países da periferia capitalista. Esta lógica está atrelada ao *modus operandi* do capitalismo na fase imperialista que ganhou novas roupagens e processualidade a partir do século XX.

Depois de uma miríade de apontamentos, a ES brasileira tem permeado sob as condicionalidades deste braço do capital financeiro. Concomitante as diretrizes do BM, a partir da década de 1990 a ES brasileira iniciou um processo de expansão mercantilizada atendendo diretamente os anseios dos empresários da educação. Doravante os anos 2000, a ES tem vivenciado um processo de tensão nas fronteiras entre o público e o privado. Em 2017 o BM volta a protagonizar esse cenário com um relatório tematizando um ajuste estrutural que atinge todos os setores sociais, em especial a ES, reafirmando teses outrora defendidas.

O objetivo do presente trabalho consiste em analisar o movimento da expansão mercantilizada da ES brasileira e as diretrizes do BM expostas no relatório intitulado: *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade dos gastos públicos no Brasil.* Para trato metodológico, tratou-se de um estudo bibliográfico e documental, utilizando recursos analíticos de políticas educacionais, a saber, análise do conceito, do discurso e do conteúdo. O método de análise centrou-se na tradição marxista, na qual compreende o objeto como unidade do diverso.

Panorama da Educação superior privada brasileira

A Educação Superior (ES) brasileira, ao longo de sua historicidade, foi constituída por escolas isoladas e não por universidades. Esta lógica se caracterizou como uma tendência no sistema em função da ES no Brasil ter sido desenvolvida de modo diverso do modelo sul-americano.

Apenas no século XX que surgiu a primeira universidade no Brasil, em 1920, isto se deu porque no século XIX foi consolidado dois campos de tensão, a saber, os positivistas – que se posicionavam contrários a constituição da universidade – e os liberais – com posição favorável a universidade –. Não obstante da constituição da "chamada" primeira universidade brasileira, esta, em verdade, tratava-se de "um conglomerado de escolas que continuavam a ser tão isoladas quanto antes" (Cunha, 1980, p. 193).

Doravante, iniciou-se o surgimento de outras instituições universitárias com funcionamento de escolas isoladas. Em 1931, após a criação do Ministério da Educação, durante o governo Vargas, foi promulgado o *Estatuto das Universidades Brasileiras*[49] que estabelecia as normas para a organização da ES brasileira possibilitando em formatos de universidades e institutos isolados. No que tange às universidades, estas poderiam ser receber fontes de manutenção da esfera federal e estaduais, assim, oficiais, mantidas por fundações ou associações particulares. Nos estabelecimentos oficiais o ensino permanecia sendo pago. Essa base rudimentar da ES brasileira (universidade – instituto isolado; poder público – iniciativa privada) evidencia dois polos do sistema que são cruciais no contexto contemporâneo.

Nesse contexto, o surgimento das primeiras universidades seguiram a seguinte ordem: Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, Universidade de Minas Gerais, em 1927, Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, em 1932, Universidade de São Paulo, em 1934, e Universidade do Distrito Federal, entre 1935-1939. Nesses anos, surgiram tanto no Distrito Federal como noutros Estados instituições vinculadas à igreja católica, que futuramente se tornariam universidades católicas. (Barreyro, 2008).

Com a fundação de faculdades isoladas, desenvolveram-se cursos de artes, cursos profissionais com vinculação na área da saúde, além de cursos ligados a formação docente, estas instituições possuíam pequeno porte. A partir

[49] Decreto nº. 19.851/31, vigente até 1961.

da lei nº. 5.540/68, a reforma universitária no regime civil-militar estabeleceu a indissociabilidade do ensino e pesquisa, contudo, apenas para as universidades. Em acréscimo, somente as faculdades isoladas poderia ser organizadas como instituições de direito público ou privado. "Determinava, também, que esses estabelecimentos formariam federações de escola nas cidades próximas ou seriam incorporados às universidades na própria cidade. Mas, a existência dos estabelecimentos isolados apenas como exceção não foi cumprida" (Barreyro, 2008, p. 19). Para Silva Jr. e Sguissardi (2001, p. 178), "o ensino superior tornou-se uma relevante estratégia de reprodução e ampliação da classe média, importante mercado consumidor no modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional e fonte de legitimidade do regime militar-autoritário".

Com efeito, houve uma grande expansão da educação superior na década de 1970:

Tabela 1. Matrículas nas IES

Ano	Matrículas
1968	278.295
1971	561.397
1977	1.159.046
1980	1.377.286

Fonte: Barreyro (2008); INEP/MEC (2000).

Em doze anos a ES brasileira obteve um crescimento da ordem dos 394,90%, mostrando toda a ênfase dada na consolidação desta etapa da formação educacional. Percebe-se que de 1968 para 1971 o crescimento atingiu 101,73%, quando comparamos 1971 para 1977 observa-se o a lógica crescente ainda mais superior da ordem dos 106,46% num curto espaço de seis anos, na última comparação de 1977 para 1980 obtêm-se 18,83% no crescimento das matrículas na ES. É lícito ressaltar que essa expansão foi conduzida em sua grande maioria pelo setor privado, tendo grande apoio estatal e operacionando

um processo de interiorização, o que, para Barreyro (2008), representou a constituição de um sistema dual:

> [...] as grandes universidades e as faculdades isoladas interioranas, sendo nestas últimas onde as classes médias conseguiam o diploma que lhes permitiria sua ascensão social. Surgiram, assim, os empresários do ensino superior, oriundos de instituições privadas de 1º e 2º graus, transformando suas associações com um novo objetivo (p. 19).

Com a criação das Fundações Educacionais "cuja finalidade, na maioria dos casos, era facilitar e garantir a criação de unidades de ensino superior privado, com a utilização de prerrogativas desfrutadas pelas instâncias públicas" (Dourado, 2001, p. 180). Nessa acepção, a modalidade da fundação tornou exequível a implantação do ensino pago, bem como da contratação de serviços educacionais, além da própria cobrança de mensalidades e taxas aos estudantes, não obstante serem municipais, assim, públicas. Esse processo configura a corrosão das fronteiras entre o público e o privado.

O Conselho Federal de Educação autorizou a conversão das faculdades isoladas em universidades, assim como, posteriormente, com a Constituição Federal (Brasil 1988) e a Lei nº. 9.394/96 (LDB) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional terem outorgado autonomia à estas instituições. Destarte, o setor privado fez uso dessa prerrogativa para metamorfosear suas instituições em universidades. Ora, com maior autonomia o setor privado poderia modificar sua operacionalidade *sem riscos*, abrindo e fechando cursos, conforme as tendências formativas e de interface com o mundo do trabalho.

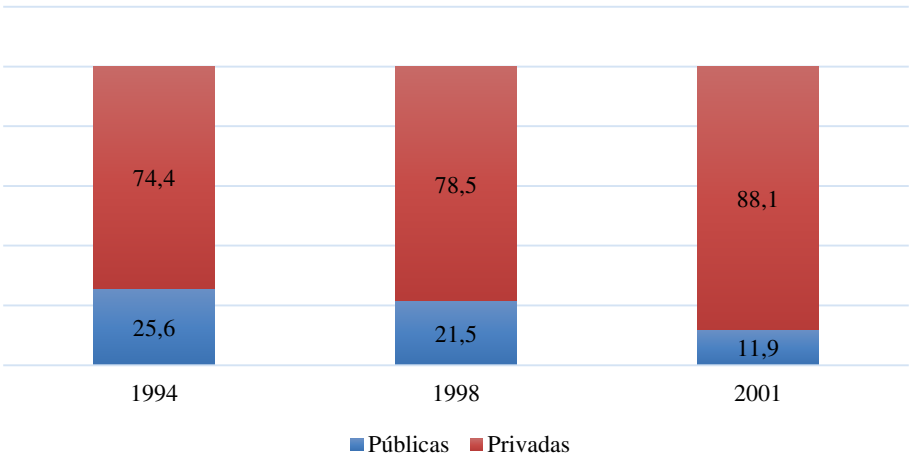
Em 1990, iniciou-se um processo de expansão mercantilizada com maior velocidade, em especial a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Essa expansão tornou-se factível através de sanções da legislação. Dentro da própria noção de privatização irradiada pelo governo em tela, a noção de financiamento público a estabelecimentos privados sem fins lucrativos, a saber, instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Por

meio da LDB, regulamentou-se a criação da pós-graduação *stricto senso* em instituições privadas.

> Assim, o sistema federal de ensino superior está integrado pelas Instituições de Ensino Superior mantidas pela União e as criadas e mantidas pela iniciativa privada. São públicas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público e privadas, as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. As privadas distinguem-se em com ou sem finalidade de lucro. As primeiras são as particulares (em sentido estrito) e as privadas sem fins lucrativos são as comunitárias, confessionais ou filantrópicas (Barreyro, 2008, p. 21).

Em acréscimo, com a expansão mercantilizada através do aparato legal da LDB, percebe-se um salto quantitativo que corresponde a lógica expansiva do capital. Quando comparada o ano de 1995 (um ano antes da promulgação da LDB) com o ano de 2002 (término do mandato de FHC) pode-se constatar na quantidade de matrículas na ES um aumento relativo de 97,76%, isto é, de 1.759.703 matrículas em 1995, em 2002, a quantidade era de 3.479.913. Concernente às IES, numa análise por categoria administrativa, o gráfico 01 traz os dados correspondentes ao período entre 1994, 1998 e 2001.

Gráfico 01 - Quantidade de IES, conforme categoria administrativa em % - (1994-2001)



Fonte: Mec/Inep (2003).

Com os dados expostos no gráfico 01, percebe-se que, nos três períodos em análise houve uma predominância das Instituições Privadas de Educação Superior (IPES) sobre as públicas. Em 1994, 74,4% das IES eram privadas, ao passo que apenas 25,6% representavam as públicas. Em 1998, aumentou-se 4,1% a diferença, isto é, as IPES representavam 78,5%, as públicas representavam 21,5%. Em 2001 a diferença subiu para 88,1% das IPES e as IES públicas representavam 11,9% do total de IES no Brasil. Esses dados expõem a predominância do setor privado-mercantil sobre o público-estatal.

A partir de 2003, com os governos petistas – Lula da Silva 2003-2010 - Dilma Rousseff 2011-2016 – deram continuidade nessa processualidade de aprofundamento mercantil da ES brasileira. Os governos petistas utilizaram uma miríade de políticas que constituíram a política de ES alinhada a lógica da *hegemonia às avessas*, ou seja, não obstante discurso de democratização, acesso, financiamento, cotas no ensino superior, estas políticas na teia da complexa relação do processo expansivo do capital financeirizado, representaram medidas que foram tomadas para que a ES continuasse um nicho mercantilista altamente rentável.

As diversas políticas que tiveram em torno da ES nesses governos permearam temas como: dilaceração dos limites entre o público e o privado através da imunidade fiscal cedida às IES privadas-mercantis (com fins de lucro) por meio da adesão ao Programa Universidade para Todos (ProUni)[50], Lei nº. 11.096/05; aprofundamento do programa de Financiamento Estudantil (Fies), bem como ampliação de seu alcance, bem como do número de bolsas integrais ou parciais cedidas através do repasse dos recursos da União; a Lei nº. 11.079/04 que estabelece as Parcerias Público-Privadas (PPP), tornando lícito os processos burocráticos de financiamento e manutenção entre

[50] Através da adesão voluntárias foi possibilitado a isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e de três contribuições: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

estabelecimentos públicos e empresas privadas, além de financiamento públicos nas IPES; o estabelecimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB) através do Decreto nº. 5.800/06 que dispões sobre a UAB e constituição dos cursos na modalidade Educação à Distância (EaD); o Decreto 6.096/07 que estabelece o Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que está articulado com o próprio Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); além dessas políticas, outras constituíram o rol de medidas que interviram diretamente no *modus operandi* da ES brasileira, culminando na reafirmação destas medidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) estabelecido pela Lei nº. 13.005/14.

No período entre 2009 a 2016 é possível evidenciar uma queda nas IES públicas municipais de 1,49%; no que tange às IES estaduais o crescimento foi de 46,43%; a Instituições Federais de Educação Superior (IFES) obtiveram um crescimento relativo da ordem dos 13,83%. Nessa acepção, as IES públicas nesse período em análise obtiveram 20,82% de crescimento. Num sentido bem diferente, as IPES obtiveram um crescimento mínimo de 2,03%, contudo, se a análise se deter a meras representações quantitativas, se limitará a aparência dos dados, logo, se utilizarmos dados numa outra análise, é possível constatar a hegemonia privada-mercantil na ES brasileira. Ora, a quantidades de IPES representa 87,71% do total de IES, enquanto as IES públicas possuem 12,29% do total de instituições. A tabela 2 expõe os dados de modo explícito.

Tabela 2. Expansão da quantidade de IES – Conforme categoria administrativa (2009-2016)

Ano	Municipal	Estadual	Federal	Total de Públicas	Privadas
2009	67	84	94	245	2.069
2010	71	108	99	278	2.100
2011	71	110	103	284	2.081
2012	85	116	103	304	2.112
2013	76	119	106	301	2.090
2014	73	118	107	298	2.070
2015	68	120	107	295	2.069
2016	66	123	107	296	2.111
Δ 2009-2016	**-1,49%**	**46,43%**	**13,83%**	**20,82%**	**2,03%**

Fonte: Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2013; 2014;2015;2016).

Em 2007 uma nova forma de expansão mercantilizada se estabeleceu no Brasil. Com a inserção de fundos de investimento, algumas IPES começaram a abrir capital no mercado de ações brasileiro (Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA), através da Oferta Pública Inicial – *Initial Public Offering* (IPO) –, além das fusões e compras de instituições menores por parte dos grandes Grupos Educacionais. Esse movimento representou uma nova forma de expansão capitalista para os empresários da educação superior, impulsionando a educação-mercadoria e extraindo lucros através de vendas de cursos, obtendo financiamento público, além da própria venda de ações.

Essa processualidade constitui o movimento de oligopolização da educação superior em contexto global, implicando em concentração e engendrando verdadeiras corporações transnacionais de ES. O Grupo Kroton e seus concorrentes tem balançado com grande efervescência o mercado educacional brasileiro.

O movimento de empresariamento da ES brasileira atende às orientações dos organismos internacionais do capital financeiro, em especial: Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros que representam, consoante

Wood (2014), verdadeiros intelectuais do capital. Em novembro de 2017 o BM lançou um documento direcionado ao Brasil, nele diversos temas foram tratados, a educação e em especial a ES não fugiram de suas análises.

Um justo ajuste para o capital: crítica ao relatório do Banco Mundial

Desde a década de 1960 o BM tem denotado diversas orientações para os países da periferia capitalista. Este movimento é crucial para potencializar os setores estratégicos inerentes a lógica da *Divisão Internacional do Trabalho*, calcando-se na teoria das *vantagens comparativas*[51], bem como da Teoria do Capital Humano, a educação é interpretada como um nicho de mercado essencial para a expansão capitalista de teor financeirizado.

A partir da década de 1990 o BM publica documentos voltados especificamente para a ES dos países de capitalismo dependente. Dentre os diversos documentos publicados, as concepções que se colocavam preconizavam a necessidade de deixar este nível de ensino sob gestão da iniciativa privada, assim como a necessidade de vincular as atividades pedagógicas com as Tecnologias de Inovação e Comunicação (TICs), romper o vínculo indissociável entre pesquisa, ensino e extensão (modelo *neo-humboldtiano*) por se tratar de um modelo caro para o Brasil, além de não corresponder as necessidades concretas do capitalismo dependente. Essas concepções estiveram alinhadas com os interesses dos setores hegemônicos.

Não obstante recomendações do BM, a correlação de forças manteve um campo de tensão entre os interesses dos setores empresariais que advogam a corrosão dos limites entre o público e o privado e os interesses dos setores sociais (movimentos sociais, movimento estudantil, ANDES entre outros) que se opõem às orientações expostas destes documentos. Todavia, em função da crise econômica que eclodiu no Brasil, com o suplemento da crise política e o declínio da maior máquina eleitoral da história brasileira – o Partido dos

[51] *Vide* Cintra (1987).

Trabalhadores – os serviços voltados para as áreas sociais sofreram grandes intervenções do capital. Aqui, dar-se-á ênfase apenas na ES, nessa acepção, não demorou muito para que o BM voltasse a protagonizar e tensionar este campo de ensino.

Em novembro de 2017 o BM divulgou o relatório intitulado: *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade dos gastos públicos no Brasil.* A justificativa para a elaboração desse documento é explicitada logo no prefácio ressaltando que devido o país estar em visível recessão econômica faz-se necessário ajustes e para isso o BM realizou esse estudo a fim de identificar as possíveis alternativas para o ajuste fiscal das contas públicas de forma que se consolide os ganhos das últimas décadas, mas possa ter uma economia sustentável.

O documento trata de vários temas como previdência social, saúde e educação, a nós, nesse momento nos debruçaremos sobre as análises feitas sobre a ES no Brasil. Alguns estudiosos já se debruçaram sobre esse documento trazendo análises que nos permitem visualizar as incongruências desse relatório. Nesse sentido, traremos os apontamentos do BM, as análises de alguns estudiosos do tema e faremos apontamentos no sentido de discutir a ES Brasileira.

Na seção que trata da educação pública intitulada: *Gastar mais ou melhor? Eficiência e equidade na educação pública* traz alguns apontamentos que enumeramos a seguir, para posteriormente discutirmos:

1. Os gastos públicos com a educação superior são ineficientes e poderiam ser economizados em 50%.
2. A cobrança de mensalidades nas instituições públicas para as famílias ricas e para as pobres financiamento estudantil.
3. As despesas com o ensino superior cresceu rapidamente na última década.
4. As matrículas do ensino superior triplicaram nos últimos 15 anos e para isso as IES privadas tiveram uma participação fundamental.

5. O gasto com o ensino superior não é alto, mas quando se trata das universidades federais e dos Institutos considera que tem uma elevação considerável.
6. Os alunos matriculados nas universidades públicas custam duas ou três vezes mais do que os alunos matriculados nas universidades privadas.
7. O valor agregado das universidades é semelhante ao das universidades privadas.
8. As universidades privadas abrigam a maior parte dos estudantes do ensino superior no Brasil. De acordo com os dados de 2015 dos 8 milhões universitários, somente dois milhões estavam nas universidades públicas, ou seja a maioria, cerca de 6 milhões estão em instituições privadas.

Quando nos deparamos com esses apontamentos a primeira reação que se tem diante deles é a perplexidade de como a ES pública está sendo atacada de todas as frentes. Como defensores da educação pública e gratuita não se pode deixar de se indignar com o teor desse documento, mas não se trata apenas disso, o fato é que além de ser um ataque a educação pública é também uma pseudociência. Entende-se que o BM se utiliza de sua envergadura para publicar um documento como esse que ganha estatura de verdade absoluta utilizando-se de metodologia e base teórica inconsistente que não condizem com o real. Nos contrapondo a isso, a perspectiva teórico-metodológica tem como premissa o real e nela não tem espaço para especulação, "achismos" e "invencionismos" como procedimentos que não cabem no ato de fazer ciência. Marx e Engels (2007, p. 94) afirmam que "[...] a observação empírica deve provar em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação a conexão entre a estrutura social e política e a produção".

Tratar-se-á de algumas proposições do BM nesse documento buscando fazer alguns contrapontos com a realidade social e econômica do Brasil, uma

vez que se percebe que o relatório deixa de considerar todas as mediações necessárias para a compreensão do complexo processo educativo brasileiro e se fixa apenas no fator econômico para defender os ajustes necessários ao capital, para sua manutenção.

No que toca os gastos públicos com a ES, na visão do BM, são ineficientes e poderiam ser economizados cerca de 50% do orçamento público. É importante que se pergunte de que forma isso será feito. Amaral (2017), ao tomar por base as Universidades Federais, questiona: *esse ajuste será feito através da diminuição pela metade dos salários dos professores, técnicos administrativos, aposentados e pensionistas? E a diminuição dos recursos para outras despesas correntes e investimentos também será reduzida pela metade?* E conclui, nessa perspectiva, as universidades correm grande risco.

Algumas das proposições do BM podem ser agrupadas, pois o teor, ou seja a intenção é a mesma. Quando se fala que as despesas com ES cresceu rapidamente na última década, que as matrículas da ES triplicaram nos últimos 15 anos e para isso as IPES tiveram uma participação fundamental; que os gasto com ES não é alto, mas quando se trata das universidades federais e dos Institutos considera que tem uma elevação considerável; que os alunos matriculados nas universidades públicas custam duas ou três vezes mais do que os alunos matriculados nas universidades privadas; que o valor agregado das universidades é semelhante ao das universidades privadas; que as universidades privadas abrigam a maior parte dos estudantes da ES no Brasil é simplesmente uma forma de respaldar a proposição seguinte: a indicação de cobrança de mensalidades nas instituições públicas para as famílias ricas, e concessão de bolsas de financiamento estudantil aos setores mais populares.

Assim, na visão do BM, ter-se-ia um "*ajuste justo*". Não é atual essa recomendação do BM, esta já estava presente no documento de 1994 *"O Ensino Superior: as lições derivadas da experiência"*. E agora, passados mais de duas décadas, com esse novo estudo que foi desenvolvido exclusivamente para a realidade

brasileira volta a reafirmar que as universidades brasileiras têm gastos exorbitantes e desperdiçam recursos públicos, além de serem ineficientes e terem baixo rendimento.

O BM (2017, p. 131) compara:

> Entre 2013 e 2015, o custo médio anual por estudante em universidades privadas sem e com fins lucrativos foi de aproximadamente R$ 12.600 e R$ 14.850, respectivamente [...]. Em universidades federais, a média foi de R$ 40.900. Universidades públicas estaduais custam menos que as federais, mas ainda são muito mais cara que as privadas, custando aproximadamente de 32.200. O custo por aluno dos institutos federais, a maior parte fundada desde 2008, é de aproximadamente R$ 27.850.

Colocar as universidades públicas federais, para não colocar todas, no mesmo saco que as universidades privadas é no mínimo desconhecer a realidade brasileira. Primeiro que as universidades privadas ocupam-se quase que exclusivamente do ensino enquanto que as universidades públicas federais se mantêm atreladas – enquanto podem – a elas uma série de elementos que as diferenciam:

> O atual Sistema Público de Universidades Federais é constituído por sessenta e três instituições distribuídas por todas as regiões do país. Congrega cerca de um milhão e duzentos mil alunos de graduação e pós-graduação. As Universidades Federais mantém quarenta e seis hospitais universitários de alta complexidade, inseridos no Sistema Único de Saúde (SUS) e que atendem à comunidade. É parte das Universidades Federais um conjunto de centros e laboratórios de pesquisa científica em todas as áreas do conhecimento, produzindo inovações e desenvolvendo um trabalho científico imprescindível ao desenvolvimento socioeconômico do país. Em dez anos, as atividades de pesquisa realizadas nessas Universidades, levou o Brasil da 23ª para a 13ª posição entre as nações que mais produzem ciência. (ANDIFES, 2017) Sustentada no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, as Universidades Federais formam ininterruptamente gerações para todas as profissões e não por acaso, aqueles profissionais mais reconhecidos nacional e internacionalmente pela sua contribuição científica são oriundos dela e das demais Universidades Públicas. As atividades de extensão junto às comunidades, na forma assistencial de serviços aos segmentos carentes, através da atuação conjunta com outras instituições públicas e privadas, e através de programas desenvolvidos em

> conjunto com diversos segmentos da sociedade, servem para socializar o conhecimento produzido, bem como contribuem para a execução de políticas públicas. (DRUCK; FILGUEIRAS; MOREIRA, 2017, s.p.).

De acordo com Druck, Filgueiras e Moreira (2017) o referido documento pode ser resumido nas seguintes orientações e medidas:

> 1- redução dos recursos destinados às Universidades Federais, o que as obrigaria "redefinir a sua estrutura de custo e/ou buscar recursos em outras fontes"; 2- introdução de "tarifas" escolares (ensino pago); 3- financiamento para os estudantes que não puderem pagar as mensalidades instituídas pelas Universidades Federais, tal como já ocorre com o FIES que, "felizmente", segundo o documento, já oferece empréstimos estudantis para viabilizar o acesso a universidades privadas; e 4- para completar, bolsas de estudos gratuitas para os estudantes mais pobres, através do PROUNI. (s.p.).

Na concepção, ainda, dos autores supracitados, O documento do Banco Mundial revela como a instituição não tem compromisso com a defesa das instituições públicas, ao contrário, em nome da eficiência dos gastos públicos defende veementemente a redução dos serviços públicos ou até mesmo a sua extinção.

Amaral (2017) afirma que esse documento possui forte teor economicista e não considera complexidade do sistema educacional brasileiro trazendo erros conceituais, inferências sem comprovação e conclusões absurdas. Na nossa compreensão o documento busca de forma descarada e fraudulenta descredenciar os serviços públicos. E quem ganha com isso?

Considerações finais

A ES segue na esteira dos interesses dos empresários da educação, isso não é nenhuma novidade. As formas de privatização das IES públicas, desvelam, de fato, que este nível de ensino é compreendido como um nicho de mercado essencial para o capital.

Ao longo das últimas duas décadas, presencia-se um movimento expansivo do capital, próprio de sua natureza, que atinge todos os setores da vida humana, e claro, a educação não foge desse alcance. A ES é predominantemente marcada pela iniciativa privada no Brasil. Sua predominância se expressa na quantidade de IES e matrículas em comparação com as IES públicas.

Os organismos internacionais, dando ênfase específica para o BM, permanecem tensionando a ES com suas diretrizes e análises descontextualizadas acerca da particularidade capitalista dependente brasileira. Num sentido oposto ao apregoado pelo BM, é preciso fortalecer os embates e reivindicações na luta por uma universidade que atenda os anseios da classe trabalhadora, que seja pública, que o debate crítico seja a base das discussões acadêmicas. Essa posição faz-se urgente, a ES não pode ser interpretada como negócio a ser comercializado no mercado.

Referências

AMARAL, N. C. **Uma análise do documento** "Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil" disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/11/analise-critica-bm-2017.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo:** Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil. Novembro de 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B9N6f556vQkkUXJyQU16UDF0NkFLWkNNNjlIcTN2WXRYNUlN/view>. Acesso em: 23 dez. 2017.

CINTRA, M. Divisão internacional do trabalho. **Lua Nova**, v. 4, p. 95-103, 1987.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã:** o ensino superior da Colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DOURADO, L. F. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: Ed. Da UFG, 2001.

DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L.; MOREIRA, U. **Ajuste fiscal e as universidades públicas brasileiras:** a nova investida do Banco Mundial, 2017. Disponível em: <http://www.edgardigital.ufba.br/?p=5841>. Acesso em: 12 dez. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - Inep. **Censo da Educação Superior 2000.** Brasília, DF: Inep, 2000.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. **Censo da Educação Superior 2003.** Brasília, DF: Inep, 2003. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. **Censo da Educação Superior 2013.** Brasília, DF: Inep, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. **Censo da Educação Superior 2014.** Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. **Censo da Educação Superior 2015.** Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 11 out. 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** 1ª ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2007.

SILVA JR., J. R.; SGUISSARDI, V. **Nova faces da educação superior no Brasil:** reformas do Estado e mudanças na produção. São Paulo: Cortez, 2001.

WOOD, E. M. **O império do capital.** São Paulo: Editorial Boitempo, 2014.